

Odoyá
Transmissora
de Energia S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório Anual da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balancos patrimoniais	11
Demonstrações de resultado	12
Demonstrações do resultado abrangente	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas da administração às demonstrações financeira	16

Relatório Anual da Administração

Aos Acionistas,

A Administração da Companhia, **Odoyá Transmissora de Energia S.A.**, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis relativo ao exercício de 2019 acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

O ano de 2019, no qual a Odoyá comemorou 5 anos de existência, foi bastante importante na trajetória da companhia. O acionista Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia exerceu em 08 de agosto deste ano sua opção para compra das ações remanescentes da companhia, consolidando sua participação em 100% e assumindo a gestão administrativa-financeira da companhia.

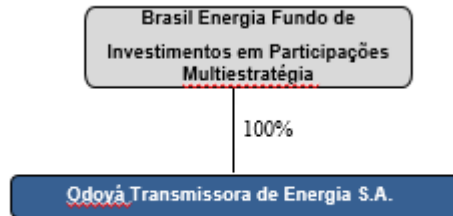
1.1 Histórico

A **Odoyá Transmissora de Energia S.A.** é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de maio de 2014 e está estabelecida na rua Doutor Renato Paes de Barros 955, Ed. Square - 10º Andar, sala 2 – Itaim Bibi - 04530-001 – São Paulo - SP. Sua base acionária é composta pelo Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (100%). Sua base acionária é composta pelo Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (100%). A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

1.2 Práticas e Regulamentações

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e das normas emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.3 Estrutura Societária



2 Ambiente Econômico

O ano de 2019 foi marcado pela aprovação da reforma da Previdência, inflação controlada e redução das taxas de juros a mínima histórica. Estes fatores, aliados a estímulos pontuais como a liberação de recursos do FGTS e do PIS-PASEP, contribuíram para que a economia brasileira apresentasse sinais de recuperação no segundo semestre. A taxa de desemprego apresentou leve evolução, atingindo 11% ao final de 2019 ante 11,6% ao final de 2018. Em relação à inflação, segundo o IBGE, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) encerrou o ano de 2019 em 4,31% (3,75% em 2018), abaixo do centro da meta de 4,5%. A taxa livre de risco, SELIC, encerrou 2019 em 4,5% a.a. (redução de 2p.p. em relação ao final de 2018) seguindo a trajetória de queda que vem ocorrendo desde 2015. No mercado de energia, dados da Empresa de Pesquisa Energética - EPE mostram aumento de 1,3% no consumo nacional de energia no comparativo de 12 meses. Esse aumento se deve principalmente à elevação do consumo nas classes comercial e residencial, impulsionada pela ocorrência de altas temperaturas nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste e pela melhora gradual da economia, que impulsionou o consumo das famílias.

Para o ano de 2020, o Banco Central divulgou o boletim Focus de março deste ano apresentando expectativa de redução do PIB na faixa de 0,48%. A pandemia causada pelo COVID-19 está provocando uma desaceleração significativa do crescimento global, queda nos preços das commodities e aumento da volatilidade nos preços de ativos financeiros. Ainda de acordo com o boletim Focus, a expectativa de inflação para 2020, encontra-se em 2,94% e a taxa de câmbio em R\$/US\$4,50. A taxa de juros SELIC foi reduzida para 3,75% na reunião do Comitê de Política Monetária – COPOM de março de 2020.

3 Ambiente Regulatório

O segmento de transmissão de energia tem um dos menores riscos do setor, uma vez que o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

No que diz respeito ao ambiente regulatório, especificamente para o segmento de transmissão, é importante destacar que a receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, garantindo às transmissoras mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, a Companhia espera manter estável geração de caixa e margem positiva de suas operações.

4 Desempenho Operacional

A **Odoyá Transmissora de Energia S.A.** trabalha para que o transporte da energia elétrica ocorra de maneira eficiente e segura, oferecendo condições para que as concessionárias de distribuição atendam aos seus consumidores finais. A transmissão da energia é uma função estratégica para assegurar o abastecimento tanto no campo, quanto nos grandes centros urbanos. Com quilometragem de linha de 276,5km e disponibilidade apresentada em 2019 de 100%. a Companhia é composta pelos ativos abaixo:

- SE 500/230 kV Juazeiro da Bahia III;
- SE 230/69 kV Juazeiro da Bahia III (novo pátio 69 kV)
- Seccionamento LT 500 kV Sobradinho - Luiz Gonzaga na SE Juazeiro da Bahia III;
- SE 500/230 kV Morro do Chapéu II (novo pátio 500 kV); (6+1 Res)x300MVA e Compensador Estático (-100/+200)Mvar;
- LT 230 kV Juazeiro da Bahia III - Juazeiro da Bahia II, 4,5 km; e
- LT 500 kV Morro do Chapéu II - Sapeçu, 272 km;

5 Desempenho Econômico-Financeiro

O desempenho econômico-financeiro, bem como o resultado das operações encontram-se apresentados nas demonstrações financeiras e notas explicativas.

6 Governança corporativa

A cada ano a Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Nesse sentido, em 2019, a Companhia se associou à ABRATE (Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica). Constituída pelas principais empresas concessionárias e outorgadas de transmissão de energia elétrica, a ABRATE tem como objetivo representar os legítimos interesses e agregar valor para as empresas associadas. O ano de 2019 também foi marcado pela implantação de importantes ferramentas de gestão de informações, tais como nossa Intranet, os softwares de Business Intelligence (BI), Gestão de Tesouraria e de Gestão dos Processos Judiciais e Atos Societários, além do aprimoramento e aperfeiçoamento da ferramenta de Compliance.

7 Responsabilidade ambiental e social

A Companhia opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. São desenvolvidos Programas ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente.

8 Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”), com vigência até emissão deste relatório. Os serviços de auditoria relacionados contemplam à auditoria das Demonstrações Contábeis. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

9 Agradecimentos

Finalmente, deixamos consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, parceiros, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Odojá Transmissora de Energia S.A**
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Odojá Transmissora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Odojá Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras".

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente

Veja as Notas Explicativas 3.2 e 8 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 739.739 de ativos de contrato de acordo com o "CPC 47 - Receita de contrato com cliente" relacionados aos investimentos na linha de transmissão acrescidos da margem de construção, operação e manutenção (O&M) e também receita financeira.</p> <p>A mensuração do ativo de contrato conforme requerido pelo CPC 47 requer que ao longo da concessão, seja mensurado o progresso de cada uma das obrigações de desempenho que envolve o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração principalmente em relação aos esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigações de desempenho, tais como materiais e mão de obra e também das projeções das receitas esperadas.</p> <p>Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato com clientes como principal assunto em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) a avaliação, da metodologia de cálculo utilizada pela Companhia para mensuração do ativo de contrato bem como o cumprimento das obrigações de desempenho, com apoio de especialistas em finanças corporativas, incluindo as premissas relevantes, para fins de validação do saldo relativo ao ativo de contrato.(ii) inspeção documental, em base amostral, das transações que resultaram em adições do ativo de contrato ocorridas ao ano; e(iii) A avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o saldo do ativo de contrato, da receita de contrato com cliente e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto</p>

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de maio de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Samuel Viero Ricken
Contador CRC SC-030412/O-1



Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Odoyá Transmissora de Energia S.A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro e 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2019	31/12/2018	Passivo	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	25.288	50.066	Fornecedores	9	1.454	4.136
Concessionárias e permissionárias	7	6.462	7.562	Financiamentos e debêntures	10	26.543	21.640
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.733	1.723	Obrigações fiscais		270	1.734
Outros impostos a recuperar		1.366	151	Taxas regulamentares		804	392
Outras contas a receber		27	93	Dividendos	12	8.358	-
Adiantamento a fornecedor		425	-	Partes relacionadas	19	8	9.057
Despesas Pagas antecipadamente		343	374			<u>37.437</u>	<u>36.959</u>
Ativo Contratual	8	72.390	64.087				
		<u>109.034</u>	<u>124.056</u>	Não Circulante			
Não Circulante				Imposto de renda e contribuição social	11	30.429	25.385
Aplicações financeiras vinculadas	6	14.389	-	PIS e COFINS diferido	11	68.426	67.229
Ativo Contratual	8	667.350	655.367	Financiamentos e debêntures	10	380.501	395.936
Imobilizado	4	4	4			<u>479.356</u>	<u>488.550</u>
		<u>681.743</u>	<u>655.371</u>	Patrimônio líquido			
				Capital Social	12	225.501	225.501
				Reserva de Incentivos Fiscais		2.939	2.939
				Reserva de Lucros		45.544	25.478
						<u>273.984</u>	<u>253.918</u>
						<u>273.984</u>	<u>253.918</u>
				Total Patrimônio líquido			
Total do Ativo		<u>790.777</u>	<u>779.427</u>	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u>790.777</u>	<u>779.427</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odoyá Transmissora de Energia S.A

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro e 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	14	82.944	87.978
Custo de Construção		(2.660)	(4.019)
Custo de Operação	15	<u>(4.226)</u>	<u>(2.314)</u>
Lucro bruto		76.058	81.645
(Despesas) Receitas operacionais	16		
Gerais e Administrativas		<u>(2.716)</u>	<u>(7.961)</u>
		(2.716)	(7.961)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		73.342	73.684
Resultado financeiro	17		
Receitas financeiras		2.251	4.051
Despesas financeiras		<u>(35.356)</u>	<u>(36.221)</u>
		(33.105)	(32.170)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		40.237	41.514
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	(35)	(407)
Imposto de renda e contribuição social diferido	18	<u>(5.044)</u>	<u>(12.908)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>35.193</u>	<u>28.199</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odoyá Transmissora de Energia S.A

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro e 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	35.193	28.199
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>35.193</u>	<u>28.199</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odoyá Transmissora de Energia S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro e 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de lucro a realizar	(Prejuízos)/ Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2018		225.501	339	-	6.439	-	232.279
Ajuste Adoção Inicial CPC 47/IFRS15		-	-	-	(6.560)	-	(6.560)
Lucro do exercício		-	-	-	-	28.199	28.199
Destinação de lucros à							
Reserva legal		-	1.410	-	-	(1.410)	-
Retenção de lucros		-	-	-	23.850	(23.850)	-
Reserva de incentivos fiscais		-	-	2.939	-	(2.939)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	12	225.501	1.749	2.939	23.729	-	253.918
Juros sobre capital próprio		-	-	-	(6.769)	-	(6.769)
Lucro do exercício		-	-	-	-	35.193	35.193
Destinação de lucros à							
Reserva legal		-	1.760	-	-	(1.760)	-
Dividendos mínimos		-	-	-	-	(8.358)	(8.358)
Lucro a disposição da AGO		-	-	-	25.075	(25.075)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12	225.501	3.509	2.939	42.035	-	273.984

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odojá Transmissora de Energia S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro e 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		35.193	28.199
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividade			
Provisões		(3.069)	(4.154)
Receita de Construção - Ativo de Contrato	14	(2.985)	(7.068)
Receita Financeira - Ativo de Contrato	14	(80.182)	(77.081)
Receita de operação e manutenção - Ativo de Contrato	14	(8.740)	(8.494)
Outras receitas	14	-	(6.047)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferida	18	5.044	12.908
PIS e COFINS diferido	11	1.196	3.114
Juros apropriados sobre dívidas financeiras	10	34.785	17.766
		<u>(18.758)</u>	<u>(40.857)</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Ativo de Contrato	8	71.621	70.556
Aumento (redução) de clientes	7	1.100	(859)
Aumento (redução) de Partes relacionadas	19	(9.049)	(48.760)
Aumento outras contas a receber		66	15
Redução (aumento) em tributos a recuperar		(2.225)	(828)
Aumento (redução) em despesas antecipadas		31	53
Aumento (redução) em fornecedores	9	387	(2.788)
Aumento em obrigações fiscais		(1.463)	(158)
Adiantamento de fornecedor		(425)	-
Aumento taxas regulamentares		412	203
Caixa usado nas atividades operacionais		<u>60.455</u>	<u>17.434</u>
Caixa utilizado gerado pelas atividades operacionais		<u>41.697</u>	<u>(23.423)</u>
Atividades de financiamentos			
Financiamentos e debêntures obtidos	10	-	17.846
Pagamentos de financiamentos e debêntures	10	(16.430)	(2.415)
Aplicações financeiras vinculadas	6	(14.389)	-
Juros sobre capital proprio pago		(6.769)	-
Pagamentos de juros de financiamentos e debêntures	10	(28.887)	(4.063)
Disponibilidades líquidas (utilizados nas) geradas pelas atividades de financiamentos		<u>(66.475)</u>	<u>11.368</u>
Redução no caixa e equivalentes de caixa		<u>(24.778)</u>	<u>(12.055)</u>
Caixa e equivalente caixa no fim do exercício		25.288	50.066
Caixa e equivalente caixa no início do exercício		50.066	62.121
Redução no caixa e equivalentes de caixa		<u>(24.778)</u>	<u>(12.055)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto Operacional

A Odojá Transmissora de Energia S.A. (“Companhia ou Transmissora”), controlada pelo Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e pela Quantum Participações S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de maio de 2014 e está estabelecida na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 955, conjuntos comerciais n.º 102, 111 e 112, sala 02, Itaim Bibi, CEP: 04530-001 – São Paulo - SP.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de agosto de 2019, ficou consignado que o novo Estatuto Social foi apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, no âmbito de pedido de anuência prévia de transferência de controle societário da empresa Odojá Transmissora de Energia S.A., que passará a ser compartilhado entre o fundo de investimento Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia e a empresa Quantum Participações S.A., conforme Processo n.º 48500.002067/2019-92, o qual foi aprovado por meio do Despacho n.º 1.567 de 03 de junho de 2019.

A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1 Da concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica n.º 17/2014 - ANEEL, datado de 5 de setembro 2014, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- SE 500/230 kV Juazeiro da Bahia III;
- SE 230/69 kV Juazeiro da Bahia III (novo pátio 69 kV)
- Seccionamento LT 500 kV Sobradinho - Luiz Gonzaga na SE Juazeiro da Bahia III;
- SE 500/230 kV Morro do Chapéu II (novo pátio 500 kV); (6+1 Res)x300MVA e Compensador Estático (-100/+200)Mvar;
- LT 230 kV Juazeiro da Bahia III - Juazeiro da Bahia II, 4,5 km; e
- LT 500 kV Morro do Chapéu II - Sapeaçu, 300 km;

- LT 500 kV Morro do Chapéu II - Sapeaçu, SE Moppro do Chapéu 11 500/230kV - (6+1R) x 300 MVA e Compensador Estático 500kV (-100/+200) Mvar

A Receita Anual Permitida (RAP) do contrato de Concessão, foi determinada em aproximadamente R\$ 45.569 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA.

Os montantes que são faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

- **Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)** - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional regulatória.
- **Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D)** - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 0,04% da receita operacional regulatória..
- **Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)** - O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,04% da receita operacional regulatória.
- **Ministério de Minas e Energia (MME)** - Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,02% da receita operacional regulatória.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 14 de maio de 2020. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentados em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximos, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Apreparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativo, passivo, receita e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativo e passivo no exercício findo de 31 de dezembro de 2019, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Ativo contratual (nota explicativa 8) - critério de apuração e remuneração do ativo de contrato;
- Contingências (nota explicativa 13) - reconhecimento e mensuração.
- Impostos diferidos (nota explicativa 11) - reconhecimento e mensuração.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais

- Instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa 19.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia são as mesmas da demonstração financeira de 2018, exceto pela aplicação do CPC 06 e ICPC 22, e estão descritas a seguir:

3.1 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

a. Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessinárias e permissionárias, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

(i) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

(ii) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros

Para os fins desta avaliação, “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

(iii) Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros ao VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(iv) *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão.

Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição é relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão é revertida através do resultado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.2 Ativo de contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a

Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP (Receita Anual Permitida), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia no CPC 47 – receita de contratos com clientes. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo de Contrato”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.
- (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção.
- (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir:

Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (“ONS”) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

3.3 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”) são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro real estimativa mensal. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas

alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando apresentarem a mesma natureza.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.4 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.5 Receita e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

3.6 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

4 Mudanças nas principais políticas contábeis

4.1 CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamento no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo adjacente, o passivo é amortizado de acordo com pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros. Insenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhantes à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia não possui operações que se enquadram na aplicação do CPC 06 (R2) em 31 de dezembro de 2019.

4.2 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta interpretação. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2019. A Administração não identificou modificações ou impactos na adoção desta norma.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	1	1
Bancos	7.090	5.806
Aplicações	18.198	44.259
	25.288	50.066

As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 95,3% a 99,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Segue abaixo abertura por instituição financeira:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2019	31/12/2018
Banco Santander	CDB	99,5% CDI	-	22.355
Banco Bradesco	CDB	95,8% CDI	-	21.904
Banco BTG	CDB	95,3% CDI	18.198	-
			18.198	44.259

6 Aplicações financeiras vinculadas

	31/12/2019	31/12/2018
Aplicação financeira vinculada	14.389	-
	14.389	-

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2019	31/12/2018
Banco Bradesco	CDB	100,1% CDI	14.389	-
			14.389	-

Refere-se, basicamente, a conta reserva constituída, de acordo com os respectivos contratos de empréstimos e financiamentos, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos.

7 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2019	31/12/2018
Concessionárias e permissionárias	<u>6.462</u>	<u>7.562</u>

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária.

8 Ativo contratual

O Ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção.

Saldos em 2018	Receita de Construção	Receita de O&M	Remuneração do Ativo de Contrato	Recebimentos	Saldos em 2019
719.454	2.985	8.740	80.182	(71.622)	739.739
				2019	2018
Circulante	-	-	-	72.389	64.087
Não Circulante	-	-	-	<u>667.350</u>	<u>655.367</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>739.739</u>	<u>719.454</u>

9 Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
Materiais	214	15
Serviços	516	190
Provisões (i)	725	3.893
Outros	<u>-</u>	<u>38</u>
	<u>1.454</u>	<u>4.136</u>

Os valores referem-se substancialmente a fornecimento de serviços e equipamentos para a obra.

- (i) A composição desta rubrica refere-se basicamente a provisão de compra de equipamentos, e adicionalmente a companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e servidões em geral, conjunto de ações necessárias para início e manutenção das operações comerciais.

10 Financiamentos e Debêntures

a. Composição

Instituições financeiras	Moeda	Vencimento Final	Taxas de juros contratual % a.a	31/12/2019	31/12/2018
BNDES Subcrédito – A	BRL	15/08/2031	TJLP314 + 1,98%	30.848	32.340
BNDES Subcrédito – B	BRL	15/01/2033	TJLP314 + 1,98%	189.469	195.161
BNDES Subcrédito – C	BRL	15/03/2033	TJLP314 + 1,98%	10.119	10.218
BNDES Subcrédito – D	BRL	15/07/2032	TJLP314 + 1,98%	18.867	19.644
BNDES Subcrédito – E	BRL	15/08/2031	TJLP314 + 1,98%	9.326	9.777
BNDES Subcrédito – F	BRL	15/08/2033	TJLP314 + 1,98%	57.190	58.908
BNDES Subcrédito – G	BRL	15/08/2033	TJLP314 + 1,98%	3.054	3.085
BNDES Subcrédito – H	BRL	15/08/2032	TJLP314 + 1,98%	5.695	5.929
Itaú – Debêntures	BRL	15/09/2031	IPCA + 6,80%	82.476	82.514
				407.044	417.576
Circulante				26.543	21.640
Não circulante				380.501	395.936

b. Movimentação 2019

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2018	Captações Adições	Juros	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Saldo em 31/12/2019
BNDES Subcrédito – A	32.340	-	2.493	(2.405)	(1.580)	30.848
BNDES Subcrédito – B	195.161	-	15.243	(13.445)	(7.490)	189.469
BNDES Subcrédito – C	10.218	-	809	(584)	(324)	10.119
BNDES Subcrédito – D	19.644	-	1.609	(1.555)	(831)	18.867
BNDES Subcrédito – E	9.777	-	754	(727)	(478)	9.326
BNDES Subcrédito – F	58.908	-	4.601	(4.058)	(2.261)	57.190
BNDES Subcrédito – G	3.085	-	244	(177)	(98)	3.054
BNDES Subcrédito – H	5.929	-	486	(469)	(251)	5.695
Itaú – Debêntures	82.514	-	8.546	(5.467)	(3.117)	82.476
Total	417.576	-	34.785	(28.887)	(16.430)	407.044

c. Movimentação 2018

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2017	Captações Adições	Juros	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Saldo em 31/12/2018
BNDES Subcrédito – A	33.658	226	2.531	(2.543)	(1.532)	32.340
BNDES Subcrédito – B	179.305	10.812	5.044	-	-	195.161
BNDES Subcrédito – C	9.388	569	261	-	-	10.218
BNDES Subcrédito – D	18.903	1.047	688	(672)	(322)	19.644
BNDES Subcrédito – E	10.175	69	764	(768)	(463)	9.777
BNDES Subcrédito – F	54.122	4.637	149	-	-	58.908
BNDES Subcrédito – G	2.833	172	79	-	-	3.085
BNDES Subcrédito – H	5.705	313	89	(80)	(98)	5.929
Itaú – Debêntures	74.353	-	8.161	-	-	82.514
Total	388.442	17.845	17.766	(4.063)	(2.415)	417.576

BNDES

Com o objetivo de liquidar todos os empréstimos pontes iniciais associados com a implementação do projeto Odoyá, a Companhia celebrou junto ao BNDES contrato de longo prazo com taxas TJLP314 + 1,98% mais estáveis, portanto trocando o perfil de endividamento de exigibilidades circulantes para não-circulante. O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, todas as cláusulas restritivas “covenants” estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas pela Companhia (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida e Índice de Capital Próprio).

Debêntures

Com o objetivo de financiar custos associados ao Projeto Odoyá a Companhia teve sua primeira emissão de debêntures devidamente aprovadas mediante AGE e nos termos da instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº476 “Instrução CVM 476”, sendo estas debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação. Os Coordenadores (Itaú e Citibank) são instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, devidamente autorizados a operar no mercado de capitais, e concordaram em realizar a distribuição das debêntures junto ao público com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de subscrição. As garantias reais são outorgadas em benefício conjunto do BNDES e dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, e compartilhadas nos termos, pari passu e em mesmo grau de senioridade, proporcionalmente ao saldo devedor com o BNDES e os debenturistas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão (compartilhamento das garantias reais).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, todas as cláusulas restritivas “covenants” estabelecidas no contrato de debêntures foram cumpridas pela Companhia.

Os vencimentos das parcelas do circulante e não circulantes são os seguintes:

	31/12/2019
2020	26.543
2021	28.129
2022	30.191
Após 2023	<u>322.181</u>
Total financiamentos e debêntures	<u>407.077</u>

11 Impostos diferidos

Natureza dos créditos	Ativo							
	31/12/2019				31/12/2018			
	Base de Cálculo	Impostos Diferidos	Alíquotas	Total	Base de Cálculo	Impostos Diferidos	Alíquotas	Total
IRPJ diferido (ii)	31.755	7.940	25%	7.940	16.989	4.248	25%	4.248
CSLL diferida (ii)	<u>31.755</u>	<u>2.858</u>	9%	<u>2.858</u>	<u>16.989</u>	<u>1.528</u>	9%	<u>1.528</u>
	<u>-</u>	<u>10.799</u>		<u>10.799</u>	<u>-</u>	<u>5.776</u>		<u>5.776</u>

Passivo								
31/12/2019					31/12/2018			
Natureza dos créditos	Base de Cálculo	Impostos Diferidos	Alíquotas	Total	Base de Cálculo	Impostos Diferidos	Alíquotas	Total
PIS diferido (i)	739.739	12.206	1,65%	12.206	726.800	11.992	1,65%	11.992
COFINS diferida (i)	739.739	56.220	7,60%	55.824	726.800	55.237	7,60%	55.237
IRPJ diferido (ii)	121.258	30.314	25%	30.314	91.650	22.912	25%	22.912
	121.25							
CSLL diferida (ii)	<u>8</u>	<u>10.913</u>	9%	<u>10.913</u>	<u>91.650</u>	<u>8.248</u>	9%	<u>8.248</u>
	<u>-</u>	<u>109.653</u>		<u>109.653</u>	<u>-</u>	<u>98.390</u>		<u>98.390</u>

Passivo líquido de Tributos Diferidos

	98.855	-	-	92.614	-
--	---------------	---	---	---------------	---

- (i) Refere-se a receita de construção e de manutenção reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas aos serviços de construção e manutenção prestados, adicionada dos impostos recuperáveis (PIS e COFINS).
- (ii) Refere-se ao passivo diferido fiscal sobre prejuízos fiscais, base negativa e os rendimentos do ativo de contrato oriundo dos valores do fluxo de caixa futuros projetados avaliados a valor justo que compõe o ativo de contrato da Companhia, relacionado à aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1).

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 08 de agosto de 2019, na Assembleia Geral Extraordinária, por unanimidade dos votos e sem ressalvas, houve a comunicação da alteração da sede da companhia, anteriormente estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, sala 1004 – Centro – 20030-021 – Rio de Janeiro/RJ, para a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros, 955, conjuntos comerciais n.º 102, 111, 112, sala 02, Itaim Bibi, CEP: 04530-001.

Neste mesmo ato, ficou consignado que o novo Estatuto Social foi apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, no âmbito de pedido de anuência prévia de transferência de controle societário da empresa Odoyá Transmissora de Energia S.A., que passará a ser compartilhado entre o FIP Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia e a empresa Quantum Participações S.A., conforme Processo n.º 48500.002067/2019-92, o qual foi aprovado por meio do Despacho n.º 1.567 de 03 de junho de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito é de R\$ 225.501.000, dividido em 225.501.000 ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Composição acionária Quotistas	31/12/2019			31/12/2018		
	Qntd Ações	%	Valor (Em Reais)	Qntd Ações	%	Valor (Em Reais)
Cymi Construções e Participações S.A.	-	0,00%	-	112.750.500	50,00%	112.750.500
Brasil Energia Fundo de investimentos em participações	225.500.999	99,9999996%	225.500.999	112.750.500	50,00%	112.750.500
Quantum Participações S.A	1	0,0000004%	1	-	0,00%	-
Total	225.501.000	100%	225.501.000	225.501.000	100%	225.501.000

b. Política de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o valor dividendos mínimos apurado foi de R\$8.358.

c. Reserva Legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Reserva de Incentivos Fiscais

Conforme laudo constitutivo nº0142/2018 de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 21 de setembro de 2018 foi garantido à Odoyá Transmissora de Energia S.A. pelo diretor de gestão de fundos e incentivos e de investimentos da Superintendencia do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027.

e. Reserva de retenção de lucros

É destinado à aplicação em investimento previsto no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na Assembleia Geral.

13 Provisão para contingências

A Companhia é parte em demandas trabalhistas e cíveis em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos que não identificaram contingências passivas com prognóstico provável de perda.

Contingências passivas com avaliação de risco possível

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2019 estavam assim representadas:

	31/12/2019	
	Qtde.	Montante
Cíveis	4	699
Fiscal	1	777
	5	1.476

14 Receita operacional líquida

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	31/12/2019	31/12/2018
Receita de Construção - Ativo de Contrato	2.985	7.068
Receita Financeira - Ativo de Contrato	80.182	77.081
Receita de O&M - Ativo de Contrato	8.740	8.494
Outras receitas	-	6.047
	91.907	98.690
(-) PIS e COFINS	(7.927)	(9.832)
(-) P&D ,FNDCT e MME(*)	(1.036)	(880)
Receita líquida	82.944	87.978

(*) P&D – Pesquisa & Desenvolvimento Científico e Tecnológico; FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e MME – Ministério de Minas e Energia.

15 Custo de construção e operação

Os custos representam os gastos diretamente ligados à construção da linha de transmissão de energia em dezembro de 2019 e 2018:

	31/12/2019	31/12/2018
Custo de Construção		
Pessoal	(34)	(10)
Material	(2.032)	(2.421)
Maquinas e equipamentos	-	(1.323)
Resultado financeiro	-	(17)
Outros custos	(594)	(248)
	(2.660)	(4.019)
Custo de Operação		
Serviços de terceiros – O&M	(4.226)	(2.314)
	(4.226)	(2.314)

16 (Despesas) Receitas operacionais

	31/12/2019	31/12/2018
Material	(48)	-
Serviços de terceiros (i)	(2.835)	(7.302)
Outras receitas (ii)	952	-
Outras despesas	<u>(787)</u>	<u>(659)</u>
	<u><u>(2.716)</u></u>	<u><u>(7.961)</u></u>

- (i) Refere-se substancialmente a serviços de gestão empresarial , serviços de assessoria jurídica , assessoria contábil e serviços de telecomunicação.
- (ii) Refere-se ao registro do crédito sobre tributos recuperáveis.

17 Resultado financeiro

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras	<u>2.251</u>	<u>4.051</u>
Receita de aplicações financeiras	<u>2.251</u>	<u>4.051</u>
Despesas financeiras	<u>(35.356)</u>	<u>(36.221)</u>
Juros de empréstimos e financiamentos	(34.785)	(35.612)
IOF de empréstimos	(23)	(7)
Outras despesas financeiras	<u>(548)</u>	<u>(602)</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>(33.105)</u></u>	<u><u>(32.170)</u></u>

18 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Imposto de Renda	Contribuição social	Imposto de Renda	Contribuição social
Prejuízo societário antes do IRPJ e da CSLL	40.237	40.237	41.515	41.515
Ativo Financeiro Realizado	41.568	41.568	40.928	40.928
Receita Remuneração da Concessão	-	-	(74.408)	(74.408)
Adoção CPC 47	-	-	2.499	2.499
Ativo Contratual CPC 47	(87.885)	(87.885)	-	-
Outros	(6.771)	(6.771)	(3.160)	(3.160)
Base de Cálculo	(12.851)	(12.851)	7.374	7.374
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional IRPJ (exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
Total dos tributos correntes	-	-	(1.819)	(664)
Incentivo fiscal SUDENE	-	-	1.819	-
Total dos tributos correntes	-	-	-	(664)
Total dos tributos diferidos	(3.709)	(1.335)	(9.491)	(3.417)
Despesa total com tributos	(3.709)	(1.335)	(9.491)	(4.081)
Alíquota efetiva	12,54%	12,54%	31,09%	31,09%

19 Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

Transações	Ativo	Passivo	Resultado		
	Ativo de Contrato (Contas a receber)	Fornecedores	O&M	G&A	Outros
Cymi Construções e Participações (i)	-	9.057	-	-	-
Setec Soluções Energéticas (ii)	-	-	3.679 (a)	1.986 (b)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	-	9.057	3.679	1.986	-
Quantum Participações S.A	-	8	-	-	8
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	-	8	-	-	8

- (i) Saldo refere-se ao contrato de gerenciamento EPC (Engineering, Procurement and Construction) em sistema de turn key celebrado entre a Companhia e a Cymi Construções e Cymi do Brasil; Em 08 de agosto de 2019, em Assembleia Geral Extraordinária o controle acionário da Companhia foi transferido para a FIP Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia e a empresa Quantum Participações S.A., desta forma os valores das transações que a Companhia possui com a Cymi Construções e Cymi do Brasil não estão apresentadas na nota de partes relacionadas para o ano e 2019.
- (ii) (a) Valor refere-se aos serviços de operação e manutenção para as instalações da Companhia;
- (iii) (b) Valor refere-se ao contrato de celebrado entre as partes de serviços e funções de gestão e administração das instalações da Companhia.

a. Remuneração dos Administradores

Em 31 de dezembro de 2019, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores são remunerados pela Quantum Participações S.A

20 Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

a. Gerenciamento de riscos

Visão geral - a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito.
- Risco de mercado.
- Risco de liquidez.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

b. Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

Risco de crédito	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	25.288	50.066
Aplicação financeira vinculada	14.389	-
Concessionárias e permissionárias	6.462	7.562
	46.139	57.628

- **Caixa e equivalentes de caixa** - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.
- **Concessionárias e permissonárias** - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

c. Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações financeiras (jncluindo as vinculadas)		
CDI	32.587	44.259

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

- **Fonte:** a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	25% Cenário A	50% Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	32.587	Queda da taxa CDI	1.316	987	658
Referência para ativos financeiros					
			Cenário provável	-25%	-50%
			4,04%	3,03%	2,02%

- (*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 6,40% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos financiamentos e debêntures, os cenários A e B consideram uma elevação da TJLP e IPCA em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário 25% provável (*)	Cenário 50% A	Cenário B
Passivos Financeiros					
BNDES - Subcréditos A - H	324.568	Queda da TJLP	18.078	22.598	27.118
Debêntures - Itaú	82.476	Aumento do IPCA + 6,80%	3.555	4.443	5.332
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	25%	50%
TJLP (%)	-		5,57%	6,96%	8,36%
IPCA + 6,80 (%)	-		4,31%	5,39%	6,47%
IPCA de Dez/19 – 4,31%	-				

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando TJLP e IPCA médio estimado de 7,00% e 4,00% respectivamente para o período, de acordo com a expectativa do mercado conforme dados do BACEN.

- **Risco de inflação** - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.
- **Risco de captação** - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

d. Riscos de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivo financeiro remanescentes em 31 de dezembro de 2019. Os valores apresentados são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impactados acordos de compensação.

	Fluxo de caixas contratuais			
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos
Fornecedores	1.454	1.454	-	-
Financiamentos e Debêntures	407.044	46.130	95.145	491.797
	<u>408.498</u>	<u>47.584</u>	<u>95.145</u>	<u>491.797</u>

e. Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Bancos	Custo amortizado
Aplicações financeiras (incluindo as vinculadas)	Valor justo por meio de resultado
Concessionárias a permissionárias	Custo amortizado
Passivos financeiros	
Fornecedores	Custo Amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado

Em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- **Caixa equivalentes de caixa** e aplicações financeiras vinculadas- contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.
- **Concessionárias e permissionárias** - A Administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos.
- **Empréstimos e financiamentos** - a Companhia considera que os valores justos para os financiamento existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

f. Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificado e divulgados com os níveis a seguir:

Descritivo	<u>31/12/2019</u>	
	Nível 1	Total
Caixas e equivalentes de caixa	25.288	25.288
Aplicação financeira vinculada	<u>14.389</u>	<u>14.389</u>
Total	<u>39.677</u>	<u>39.677</u>

- **Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado.

21 Compromissos futuros

Nos itens seguintes são apresentados os compromissos operacionais de longo prazo de acordo com o que estabelece os CPCs números 05, 26 e 45:

- **Contrato de O&M** - Contrato celebrado em 14 de junho de 2016 com a Setec Soluções Energéticas de Transmissão e Controle Ltda, e tem como objeto a prestação de serviços de operação, manutenção (O&M), gestão e administração (G&A) para as Intalações.

A remuneração G&A será paga mensalmente e é devida a partir da data do primeiro recebimento da RAP pela Companhia. No ano de 2019 foram cobrados R\$1.220 (*R\$1.986 em 2018*).

O contrato tem duração de 5 anos renovável por dois períodos adicionais de 5 anos cada e será ajustado anualmente pelo IPCA. O previsto em contrato a ser pago pela prestação de serviços é R\$ 1.320 por ano.

Com relação a remuneração O&M será paga mensalmente e é devida a partir da data do primeiro recebimento da RAP pela Companhia. No ano de 2019 foram cobrados R\$4.226 (*R\$ 3.679 em 2018*)

O contrato tem duração de 5 anos renovável por dois períodos adicionais de 5 anos cada e será ajustado anualmente pelo IPCA. O previsto em contrato a ser pago pela prestação de serviços é R\$ 2.640 por ano.

22 Evento Subsequente

Impactos COVID-19

Durante o período subsequente ao término do exercício desta demonstração financeira e até a sua data de emissão, a economia brasileira tem apresentado impactos com os efeitos da Pandemia do Coronavírus (COVID-19). Na data da emissão da presente demonstração financeira, o Administrador não identificou impactos relevantes ou materiais em seus negócios que se justificassem alterações nos números divulgados, em suas expectativas de caixa futuro e/ou risco à continuidade do negócio.

* * *

Eduardo Bechara de Rosa
Diretor Financeiro

Fernando Martinez-Caro
Diretor Presidente